

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.625 - MA (2019/0295634-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : GUSTAVO ALVES FEITOSA (PRESO)
ADVOGADOS : LUIS PAULO CORREIA CRUZ - MA012193
IURY ATAIDE VIEIRA - MA011069
LUIZA AMELIA RODRIGUES TAVARES - MA013436
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por GUSTAVO ALVES FEITOSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão proferido no julgamento do HC n.º 0804774-26.2019.8.10.0000.

Consta dos autos que o Recorrente encontra-se preso desde 06/04/2018, em razão de prisão preventiva decretada em 08/02/2018 (fl. 85), no curso de ação penal em que se apuram os crimes previstos nos arts. 157, § 2.º, incisos I, II e V; 163, parágrafo único, inciso III; 251, § 2.º; e 288, parágrafo único, todos do Código Penal (fls. 50-51).

A ação delituosa foi assim descrita pela autoridade policial, conforme se extrai da decisão que decretou a medida extrema (fl. 50):

"[...] os representados compõem organização criminosa especializada em roubo a bancos e que, no dia 31/08/2011, praticaram o referido crime (majorado) na cidade de Parnarama/MA. Afirma que a organização criminosa para além do crime de roubo (majorado) praticou os outros crimes citados de maneira cruel e que possuem extensa ficha criminal por delitos contra o patrimônio, sempre utilizando armas de grosso calibre e explosivos, em cidades pacatas do interior do Estado, promovendo verdadeiro terror aos moradores e mantendo as vítimas em seu poder como reféns."

A Corte de origem denegou a ordem originária nos termos do acórdão de fls. 153-159.

Neste recurso, o Recorrente alega, inicialmente, **excesso de prazo** para a formação da culpa (fls. 171-174). Argumenta, em síntese, que *"o Estado demorou para citar regularmente o recorrente (junho de 2019), por total e completa falta de competência sua, vez que, o acusado, encontrava-se devidamente acautelado pelo estado, e, o estado não o encontrava para promover sua citação. Inimaginável maior desídia que a sofrida pelo recorrente."* (fl. 172).

Sustenta, ainda, a **ausência de contemporaneidade** da prisão provisória e

Superior Tribunal de Justiça

a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão (fls. 174-179). Nesse ponto, aduz, em suma, que "[a] prisão cautelar do paciente, fora decretada em fevereiro de 2018, pela suposta prática de crimes ocorridos em 2011. A contemporaneidade é requisito intrínseco da prisão cautelar [...]" (fl. 175).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares, nos termos do art. 282, c.c. o art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia isenta de dúvidas, mormente diante do que foi consignado pela Corte de origem (fls. 158-159; sem grifos no original):

"Conforme construção doutrinária e jurisprudencial, a apuração do excesso de prazo para os fins pretendidos pelo impetrante não se restringe apenas ao exercício de simples operação matemática. Para tanto, devem ser levados em conta os motivos que ocasionaram a dilação alegada, notadamente a complexidade do processo, o número de indiciados ou réus envolvidos, o comportamento das partes, inércia do próprio aparato judicial ou ofensa ao princípio da razoabilidade. Com base na análise desses fatores pode-se concluir sobre a existência ou não do excesso de prazo indicado.

É bem verdade que a tramitação da ação penal promovida em face do paciente teve uma tramitação incomum, sendo certo que a prisão preventiva do paciente foi executada no dia 11/04/2018.

Cabe destacar que a referida ação penal conta com dez denunciados, bem como reporta a ocorrência de crimes de roubo, explosão, explosão e dano qualificado, pelo que se infere que o trâmite deste tipo de ação é naturalmente mais demorado do que aquele esperado para uma ação penal com menos réus e que apure menos crimes de natureza mais simples de resolução.

Além disso, consta demonstrada a existência da necessidade de expedição de várias cartas precatórias, da citação por edital de outros réus, decisões sobre pedidos de revogação de prisão preventiva, seja nos autos principais, seja em autos apensos.

Observa-se que a prisão preventiva do paciente conta com razoável lapso temporal, contudo, a gravidade concreta dos crimes imputados ao paciente e existência de outros processos criminais pela prática de crimes de semelhante natureza, inclusive em outras Comarcas, revela concreta periculosidade do paciente a justificar a

Superior Tribunal de Justiça

manutenção de sua constrição cautelar.

Embora no caso concreto ainda não esteja configurado excesso de prazo justificador da concessão de liberdade ao paciente, acolho a opinião da Procuradoria-Geral de Justiça no sentido de **determinar que o juízo impetrado tome as providências necessárias para finalizar a instrução processual da ação penal promovida em face do paciente com a celeridade devida, devendo aplicar, inclusive, a norma prevista no art. 80 do Código de Processo Penal, com relação aos réus que estão presos preventivamente, dentre os quais o paciente.**

Ante o exposto, em parte de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, conheço e denego a ordem impetrada, recomendando, contudo, que o juízo impetrado imprima maior celeridade para a conclusão da instrução processual, devendo aplicar, inclusive, a norma prevista no art. 80 do Código de Processo Penal, com relação aos réus que estão presos preventivamente, dentre os quais o paciente."

Como se verifica, a Corte *a quo*, em detalhada explanação, afastou a alegação de excesso de prazo asseverando a complexidade dos delitos em apuração (roubo, explosão e dano qualificado), em ação que envolve 10 (dez) denunciados, a necessidade de expedição de várias cartas precatórias e a existência de "outros processos criminais pela prática de crimes de semelhante natureza, inclusive em outras Comarcas", além da citação de outros réus por edital.

Na oportunidade, aquele Sodalício, embora não tenha vislumbrado a existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, recomendou ao Juízo singular que imprima celeridade ao feito originário, com a aplicação do art. 80 do Código de Processo Penal, que dispõe sobre a possibilidade de separação dos processos.

Nesse contexto, em juízo prelibatório, não há falar em excesso de prazo. A propósito:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. [...]. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIAL NÃO EVIDENCIADA. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

[...]

2. A análise do excesso de prazo na instrução criminal deve ser realizada segundo as peculiaridades do caso concreto e à luz do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, e não pela simples soma aritmética.

3. *No caso, eventual demora na instrução não pode ser imputada à autoridade apontada como coatora, considerando-se que o processo prosseguiu de maneira razoável, tendo o Tribunal a quo destacado a complexidade do feito, que envolve pluralidade de réus – 5 (cinco) Denunciados –, a diversidade e complexidade dos delitos*

Superior Tribunal de Justiça

supostamente praticados e a necessidade da expedição de cartas precatórias.

4. *Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido*" (RHC 109.415/CE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 01/07/2019; sem grifos no original.)

Quanto à alegação de ausência de contemporaneidade da segregação cautelar, bem como no que diz respeito à pretendida aplicação de medidas cautelares alternativas, verifica-se que, sobre tais teses, não se manifestou o Tribunal *a quo*, o que, *prima facie*, obsta o exame dessas questões por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

A propósito: "[a] *questão atinente à ausência de contemporaneidade não foi apreciada no acórdão impugnado, circunstância que inviabiliza seu exame nesta oportunidade, sob pena de indevida supressão de instância*" (HC 489.077/TO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 05/04/2019).

Confira-se, ainda, o seguinte precedente:

"HABEAS CORPUS. [...]. *INSURGÊNCIA QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO QUANTO À PACIENTE CRISTIANE DE ALMEIDA PEREIRA E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA QUANTO AOS DEMAIS ACUSADOS. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIAL NÃO EVIDENCIADA. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, DENEGADA.*

[...]

2. *Quanto à suposta ausência dos requisitos da segregação cautelar relacionada aos demais Pacientes e ao pleito de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, cuida-se de teses não apreciadas pelo Tribunal impetrado, o que torna inviável o seu exame por esta Corte, sob pena de supressão de instância. Precedentes.*

[...]

5. *Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa parte, denegada.*" (HC 486.286/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 30/04/2019; sem grifos no original.)

Além disso, especificamente no que diz respeito à suposta ausência de contemporaneidade da prisão cautelar, cuida-se de questão já apreciada por esta Corte, no julgamento do HC n.º 473.054/MS, impetrado em favor do ora Recorrente, em acórdão cuja ementa restou lavrada nos seguintes termos:

"HABEAS CORPUS. *PROCESSUAL PENAL. CRIMES*

Superior Tribunal de Justiça

PREVISTOS NOS ARTS. 157, § 2.º, INCISOS I, II E V; 163, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO III; 251, § 2.º; E 288, PARAGRAFO ÚNICO, TODOS DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INOVAÇÃO DE FUNDAMENTOS PELA CORTE A QUO. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. IMPROCEDÊNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA, NO CASO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

[...]

5. É descabida a alegação de ausência de contemporaneidade entre o fato criminoso e a decretação da prisão preventiva. Conquanto a medida constritiva tenha sido decretada em 08/02/2018 e o delito imputado ao Paciente tenha sido cometido, supostamente, em 31/08/2011, a sua custódia cautelar foi justificada em razão de registros criminais ocorridos posteriormente ao fato tratado nestes autos. Precedentes.

[...]

7. Ordem de habeas corpus denegada." (HC 473.054/MA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 02/04/2019; sem grifos no original.)

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, mormente sobre o estágio atualizado do feito e a situação prisional do Recorrente, solicitando-lhes, ainda, chave de acesso às informações processuais, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora